

ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS MIRENSE

Instituição Particular de Solidariedade Social

**RELATÓRIO
E**

CONTAS

DO ANO DE 2017

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 REG 2017	31 REG 2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		945.395,67	975.481,63
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		268,17	446,91
Investimentos financeiros		3.463,01	2.202,66
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		949.126,85	978.131,20
Activo corrente			
Inventários		2.312,60	2.434,30
Créditos a receber		75.499,49	68.194,10
Estado e outros entes públicos		5.178,82	5.335,94
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		6.430,00	5.070,00
Diferimentos		6.435,09	7.970,45
Outros ativos correntes		11.903,15	27.067,62
Caixa e depósitos bancários		298.121,03	263.025,61
		405.880,18	379.098,02
Total do ativo		1.355.007,03	1.357.229,22
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		50.590,10	50.590,10
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		671.992,71	671.992,48
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		491.973,88	506.421,84
		1.214.556,69	1.229.004,42
Resultado líquido do período		1.256,40	0,23
Total dos fundos patrimoniais		1.215.813,09	1.229.004,65
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		9.115,06	10.451,51
Estado e outros entes públicos		16.162,87	13.790,27
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		4.134,13	1.428,52
Outros passivos correntes		109.781,88	102.554,27
		139.193,94	128.224,57
Total do passivo		139.193,94	128.224,57
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.355.007,03	1.357.229,22

A Direcção

[Assinatura] A. Celeste S. y. Rocha

O responsável

[Assinatura]



ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS
MIRENSE

Telef. 231 458 357

MIRA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERIÓDICA

PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		537.713,59	495.980,74
Subsídios, doações e legados à exploração		395.209,02	384.554,69
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		107.807,80	105.388,62
Fornecimentos e serviços externos		150.287,76	159.523,14
Gastos com o pessoal		625.025,29	563.532,29
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		7.293,00	3.476,50
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		31.308,75	25.722,10
Outros gastos		945,35	7.216,37
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		72.872,16	67.120,61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		71.815,76	67.829,38
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.056,40	-708,77
Juros e rendimentos similares obtidos		200,00	709,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		1.256,40	0,23
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		1.256,40	0,23

M. Pelestes S. J. Rocha

ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS
MIRENSE

Telef. 231 458 367

MIRA

Associação de Idosos Mirense
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERIÓDICA
PERÍODO FINDO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2017

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		540.181,01	536.862,20
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		287.480,14	289.378,31
Pagamentos ao pessoal		576.635,52	532.321,87
Caixa gerada pelas operações		-323.934,65	-284.837,98
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		395.160,32	344.205,16
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		71.225,67	59.367,18
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		36.330,25	27.373,45
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-2.631,84
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		-200,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		36.130,25	-30.005,29
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		35.095,42	29.361,89
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		263.025,61	263.238,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período		298.121,03	263.025,61

A Direcção

O Responsável

Maria Celeste Simões de Jesus Rocha



ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS
MIRENSE

Telof. 231 488 367

MIRA

Associação Idosos Mirense

Anexo

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	10
5	Activos Fixos tangíveis	10
6	Activos Fixos Intangíveis	11
7	Inventários	12
8	Rédito	12
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
10	Benefícios dos empregados.....	12
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
12	Outras Informações.....	13
12.1	Clientes e Utentes.....	13
12.2	Outras contas a receber	14
12.3	Diferimentos	14
12.4	Caixa e Depósitos Bancários	14
12.5	Fundos Patrimoniais.....	15

12.6	Fornecedores.....	15
12.7	Estado e Outros Entes Públicos.....	15
12.8	Outras Contas a Pagar.....	16
12.9	Subsídios, doações e legados à exploração	16
12.10	Fornecimentos e serviços externos.....	16
12.11	Outros rendimentos e ganhos.....	17
12.12	Outros gastos e perdas	17
12.13	Resultados Financeiros.....	17
12.14	Acontecimentos após data de Balanço.....	18



1 Identificação da Entidade

A Associação de Idosos Mirense é uma instituição sem fins lucrativos, com estatutos publicados no Diário da República n.º 264, Série III, com sede em Rua Afonso Costa, N.º 58. Exercendo actividade na área social, protecção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade de trabalho.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

**3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo as que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.



As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem ao qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do activo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.2 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição. A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.



Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeita a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.



As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2006, inclusive, e cinco anos a partir de 2010), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dot/Aumentos	Abates/Reduções	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	50,63					50,63
Edifícios e outras construções	1.548.599,23	37.673,06				1.586.272,29
Equipamento básico	260.088,15	9.585,98				269.674,13
Equipamento de transporte	118.312,45	0,00				118.312,45
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	19.266,10	3.078,15				22.344,25
Outros Activos fixos tangíveis	141.485,87	0,00				141.485,87
Total	2.087.802,43	50.337,19				2.138.139,62
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	640.951,50	45.866,12				686.817,62
Equipamento básico	239.445,68	5.299,36		473,19		245.218,23
Equipamento de transporte	74.520,59	8.871,32				83.391,91
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	14.234,95	1.953,65				16.188,60
Outros Activos fixos tangíveis	125.765,26	5.749,56		-473,19		131.041,63
Total	1.094.917,98	67.740,01		0,00		1.162.657,99

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições/ Dot/Aumentos	Abates/Redução	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	50,63					50,63
Edifícios e outras construções	1.586.272,29	16.305,94				1.602.578,23
Equipamento básico	269.674,13	4.744,58				274.418,71
Equipamento de transporte	118.312,45	6.250,00				124.562,45
Equipamento biológico	0,00	0,00				0
Equipamento administrativo	22.344,25	5.149,91				27.494,16
Outros Ativos fixos tangíveis	141.485,87	3.880,04				145.365,91
Total	2.138.139,62	36.330,47				2.087.802,43
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	686.817,62	48.609,61				735.427,23
Equipamento básico	245.218,23	6.197,03				251.415,26
Equipamento de transporte	83.391,91	9.496,32				92.888,23
Equipamento biológico	0,00	0,00				0
Equipamento administrativo	16.188,60	1.793,77				17.982,27
Outros Ativos fixos tangíveis	131.041,63	5.540,29				136.581,92
Total	1.162.657,99	71.637,02				1.094.917,98

6 Activos Intangíveis

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	536,28					536,28
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	536,28	0,00	0,00	0,00	0,00	536,28
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	89,37	178,74				268,11
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	89,37	178,74	0,00	0,00	0,00	267,11

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes Valores:

Descrição	2016			2017			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.272,04	105.324,85	226,03	2.434,30	104.823,75	2.862,35	2.312,60
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00			
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00			
Total	2.272,04	105.324,85	226,03	2.434,30	104.823,75	2.862,35	2.312,60
Custo das m. vendidas e das matérias consumidas				105.388,62			107.807,80
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

8 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2017
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	495.980,74	537.713,59
Promoções para captação de recursos	0,00	
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	
Juros	709,00	200,00
Royalties	0,00	
Dividendos	0,00	
Total	496.689,74	537.913,59

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2016	2017
Subsídios do Governo		
	367.898,88	372.306,83
Apoios do Governo		
	16.655,81	22.902,19
Total	384.554,69	395.209,02

10 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 42 e em 31/12/2017 foi de 45.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	
Remunerações ao pessoal	456.271,24	505.831,28
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	97.531,18	108.777,59
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5.400,14	7.130,14
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	4.329,73	2.739,17
Total	563.532,29	625.025,29

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Clientes e Utentes

Descrição	2016	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	57.764,60	71.682,99
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes	13.906,00	14.586,00
Total	71.670,60	86.268,99

Nos períodos de 2016 e 2017 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2016	2017
Cientes		
Utentes	-3.476,50	-7.293,00
Total	-3.476,50	-7.293,00

12.2 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2017
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	
Adiantamentos ao pessoal	0,00	
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	
Devedores por acréscimos de rendimentos	22.885,47	7.321,51
Outras operações	0,00	
Outros Devedores	4.182,15	4.582,15
Perdas por Imparidade	0,00	
Total	27.067,62	11.903,66

12.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2017
Gastos a Reconhecer		
	7.970,45	6.435,09
Total	7.970,45	6.435,09
Rendimentos a Reconhecer		
	1.428,52	4.134,13
Total	1.428,52	4.134,13

12.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2017
Caixa	322,19	359,45
Depósitos à ordem	62.703,42	97.761,58
Depósitos a prazo	200.000,00	200.000,00
Outros	0,00	0,00
Total	263.025,61	298.121,03

12.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal:				
Remunerações a pagar	0,00	0,00		0,00
Cauções	0,00	0,00		0,00
Outras operações	0,00	0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	5.965,50		0,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	82.728,35		93.123,27
Outros credores	0,00	13.860,42		12.658,61
Total	0,00	102.554,27		105.781,88

Handwritten signature and initials.

12.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	384.554,69	395.209,02
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	384.554,69	395.209,02

12.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2016	2017
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	47.686,10	32.418,99
Materiais	8.538,43	10.769,10
Energia e fluidos	46.061,66	45.689,87
Deslocações, estadas e transportes	1.009,16	1.155,30
Serviços diversos	50.256,34	57.067,59
Total	159.523,14	150.287,76

12.11 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Rendimentos Suplementares	1.127,41	2.676,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.175,74	776,27
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00

Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	23.418,95	27.856,48
Total	25.722,10	31.308,75

12.12 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Impostos	370,64	28,14
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	6.845,73	917,21
Total	7.216,37	945,35

12.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,03	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	709,00	700,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	709,00	700,00
Resultados Financeiros	709,00	700,00

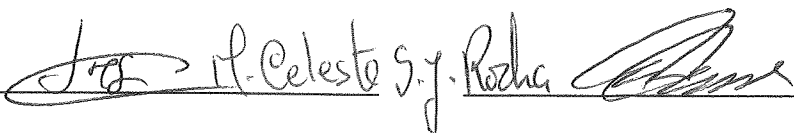
12.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção






Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas da Associação Idosos Mirense ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que, de acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2017 foram publicitadas no sítio institucional electrónico desta Instituição, www.aimira.pt, em 31/07/2018.

Os órgãos de administração:


Fátima Celeste Simões Jesus Rocha

